

Tuma não quer votação secreta

São Paulo — O deputado Robson Tuma (PL-SP), membro da Comissão de Justiça da Câmara que vai julgar os acusados no relatório final da CPI da Máfia do Orçamento, disse ontem que se depender do seu voto serão cassados os 18 parlamentares já incluídos na relação inicial e outros que ainda estão sendo investigados. Ele teme apenas que, na votação secreta, alguns parlamentares acusados possam escapar da punição.

“Por essa razão, encaminhei uma emenda constitucional estabelecendo votação aberta e ostensiva (com o deputado declinando o voto ao microfone) em processos de cassação de mandato parlamentar. Pedi urgência na aprovação dessa emenda para que ela entre em vigor automaticamente e para que seja possível a sua aplicação ainda neste processo de cassação dos envolvidos com a Máfia do Orçamento”, declarou o parlamentar.

Filho do ex-diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, o deputado Robson Tuma acredita

que se o Congresso não cassar os parlamentares acusados pela CPI da Máfia do Orçamento, “a sociedade não vai perdoar a classe política nas próximas eleições”.

“Acho até que o povo invade o Congresso. As acusações contra os parlamentares são graves e foram devidamente apuradas e comprovadas. A própria imprensa já mostrou muitos detalhes dessa corrupção”, acrescentou.

Para Robson Tuma, todos os parlamentares acusados tiveram direito à defesa, tempo suficiente para se defender e acesso às provas documentais que foram colhidas. Não teriam, portanto, do que reclamar.

“O próprio deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) disse na abertura de seu depoimento à CPI que tivera mais tempo do que os outros para se defender. Se ele não conseguiu explicar as dúvidas que surgiram é porque elas realmente são inexplicáveis. Ninguém será punido por uma pequena diferença nas contas.